

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às dezesseis horas, reuniu-se nas dependências da Câmara de Vereadores de Agronômica, o Contador da Prefeitura Municipal Sr. Adriano José Vanderlinde para presidir a Audiência Pública de Avaliação de Metas Fiscais do 1º quadrimestre do ano de dois mil e vinte e um de forma virtual através do aplicativo Zoom, com transmissão ao vivo pelo Facebook da Câmara, de forma a evitar o aglomerado de pessoas em virtude da pandemia da COVID-19. Dando início aos trabalhos, o Relator da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Sr. Gilliard Anderson Demarchi declarou aberta a Audiência Pública de Avaliação virtual das Metas Fiscais referente ao primeiro quadrimestre de dois mil e vinte e um. Em seguida, passou-se a palavra ao contador da Prefeitura Municipal, que agradeceu a presença de todos e deu início a sua explanação utilizando-se de powerpoint, para auxiliar e contribuir com a compreensão da apresentação. Num primeiro momento de sua apresentação reforçou que a audiência pública de Avaliação de Metas Fiscais é um dos mecanismos de controle fiscal inserido na LRF, que de uma forma genérica, trata da avaliação das receitas, despesas e dívidas da Administração, conforme previsto no §1º do art. 1º e §4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Sua realização é uma das formas de participação do povo e também é uma das formas da Administração Pública exercer o princípio da transparência, cumprindo com a legislação pertinente. Em seguida, explanou-se sobre as receitas provenientes de impostos em ações e serviços públicos de saúde, que totalizaram em R\$ 6.947.310,53, e as despesas próprias com ações e serviços, que totalizaram em R\$ 821.708,43. Com esse resultado, houve uma aplicação em saúde de 11,83% ficando abaixo da porcentagem exigida de 15%. Em seguida, foi demonstrado o índice aplicado na educação de 25,47%, em relação aos recursos obtidos através das receitas de impostos e das receitas de transferências legais e constitucionais, que totalizaram R\$ 6.947.310,53, onde o total de despesas foi de R\$ 1.769.732,57. Então, até o término do primeiro quadrimestre do exercício de dois mil e vinte e um se cumpriu com a exigência legal, que é de no mínimo 25% no exercício. Dando sequência a audiência, o contador da Prefeitura Municipal demonstrou que houve uma aplicação de 104,28% com os recursos destinados aos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício na rede pública, em relação aos recursos totais recebidos do FUNDEB, atendendo assim o mínimo que é de 70%. Assim, a receita foi de R\$ 939.765,79 e o total das despesas com o FUNDEB para fins de limite foi de R\$ 980.010,31. Em seguida, foi apresentado o comportamento das Metas de Arrecadação, sendo que a Receita Prevista foi de R\$ 6.492.709,25 e a Receita Realizada foi de R\$ 9.745.689,75. Uma diferença positiva de R\$ 3.252.980,50. Demonstrou-se em seguida que houve um Déficit Orçamentário Consolidado no valor de R\$ 3.003.292,03 referente a despesas empenhadas e um Superávit Orçamentário Consolidado de R\$ 427.807,39 referente a despesas liquidadas. Em seguida, fez-se a apresentação do comportamento da Receita Corrente Líquida, que contempla o somatório das receitas nos últimos doze meses, totalizando R\$ 22.832.660,35. Esclareceu-se que a Receita Corrente Líquida é tomada por base para se apurar os índices de Gastos com Pessoal. Os Gastos com Pessoal do Poder Executivo, no 1º quadrimestre de dois mil e vinte e um correspondeu a 44,89%, cumprindo assim com o limite de alerta que é de 48,60%, com o limite Prudencial que é de 51,30% e com o Limite Máximo que é de 54%. O total das despesas com Pessoal do Poder Legislativo correspondeu à 3,21% da Receita Corrente Líquida, cumprindo assim com todos os limites impostos pela LRF. Os Gastos com Pessoal do Município, onde se consolidam os dois poderes, somaram a importância de R\$ 10.753.597,28, correspondendo a 48,10% da Receita Corrente Líquida, demonstrando assim até o primeiro quadrimestre desse exercício o cumprimento do artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ressalta-se que o limite máximo anual de 60% para os Gastos com Pessoal é uma exigência a ser cumprida ao término do exercício. Seguindo a explanação, o Sr. Adriano fez uma demonstração das transferências financeiras realizadas no 1º quadrimestre de dois mil e vinte e um, onde para o Fundo Municipal da Infância e Adolescência foi de R\$ 200,00, para o Fundo Municipal de Saúde foi de R\$ 881.114,04, para o Fundo Municipal de Assistência Social, foi de R\$ 207.243,70, para o Fundo Ambiental foi de R\$ 0,00, e para a Câmara de Vereadores foi de R\$ 366.000,00. Demonstrou-se também que os investimentos realizados ao término do 1º quadrimestre foram totalizados em R\$ 1.632.496,36, correspondendo a 22,04% do previsto para o exercício de dois mil e vinte e um, que é de R\$ 7.407.667,98. Ainda foram demonstrados os valores orçados na LOA para os programas do PPA e alterações orçamentárias para o exercício de dois mil e vinte e um totalizados na importância de R\$ 27.904.709,63, sendo que as despesas liquidadas foram de R\$ 9.317.882,36 ficando um saldo ao término do primeiro quadrimestre de R\$ 18.586.827,27. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada as apresentações das metas fiscais, referentes ao 1º quadrimestre do ano de dois mil e vinte e um. O Sr. Gilliard Anderson Demarchi declarou por encerrada a audiência pública. Fez-se então o devido registro da ata, a qual foi lavrada e assinada por mim _____ Erenice Wessler, ocupante do cargo de Oficial Nível Médio da Câmara de Vereadores de Agronômica. Agronômica/SC, 24 de maio de 2021.